

Nunca tivemos tantos turistas em Setembro como neste ano

Segundo o Indicador de Turismo-Açores, revelado ontem pelo SREA, no mês de Setembro, as dormidas no conjunto da hotelaria, alojamento local e turismo no espaço rural terão sido cerca de 449,5 mil.

Trata-se de mais um recorde de dormidas em Setembro, batendo o valor do ano passado, que tinha sido de 412, 326 mil.

O IT-Açores tem por objectivo estimar a evolução geral da atividade económica no sector do turismo na Região Autónoma dos Açores.

Novas OSP

“É com satisfação que verificamos que o Governo da República acolheu contributos nossos para enriquecer os termos em que as OSP são prestadas, por exemplo, reforçando a conectividade externa com a ilha Terceira, através da ligação ao Funchal”, assinala Berta Cabral, Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

A governante afirma que “finalmente o Governo da República decidiu autorizar a despesa de 45 milhões de euros para a prestação de serviço público nas rotas não liberalizadas com os Açores, depois de um esforço intenso e continuado por parte do Governo Regional para que isso acontecesse”.

As OSP (obrigações de serviço público) em causa são relativas às rotas Lis-

Quadro 1 – Dormidas, Levantamentos CA e compras TPA e Passageiros desembarcados

	abr-23	mai-23	jun-23	jul-23	ago-23	set-23
Dormidas em alojamentos turísticos ¹	303 298	344 569	422 862	531 413	560 782	449 500
Levantamentos CA e compras TPA nacionais ²	168 282	181 217	185 021	197 676	196 014	178 083
Levantamentos CA e compras TPA internacionais ²	19 310	25 374	31 285	42 881	47 156	33 044
Passageiros desembarcados em voos territoriais ³	86 298	83 558	91 673	106 834	103 962	89 962
Passageiros desembarcados em voos internacionais	18 402	20 661	35 195	46 527	43 391	34 023

1. Os valores das dormidas no conjunto da hotelaria, alojamento local e turismo no espaço rural de abril a agosto são os divulgados no [Portal do SREA](#).

2. CA – Caixas Automáticas, TPA – Terminais de Pagamento Automático, Unidade: milhares de euros.

boa/Horta/Lisboa, Lisboa/Santa Maria/Lisboa, Lisboa/Pico/Lisboa, Funchal/Ponta Delgada/Funchal e Funchal/Terceira/Funchal. O período de concessão é de cinco anos, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2023, de 23 de outubro, publicada em Diário da República.

A generalidade destas rotas tem sido assegurada pelo Grupo SATA, desde 2015, em regime de prestação de serviço público, sem qualquer compensação.

Berta Cabral diz esperar que o Governo da República “não demore muito

tempo a lançar o concurso para as obrigações do serviço público de transporte aéreo com a Região”.

“A verba já foi aprovada em Conselho de Ministros. O que, agora, esperamos é que o Governo da República lance rapidamente o concurso para as rotas não liberalizadas. É o Grupo SATA que faz as ligações aéreas com o exterior do arquipélago e não as pode fazer sem ser ao abrigo das obrigações do serviço público” – acentua.

Segundo a Secretária Regional, “a SATA está a aguardar há muito tempo

por essas compensações e não pode estar a fazer viagens e rotas deficitárias, porque está num processo de reestruturação apoiado pela União Europeia e está proibida de o fazer”.

Berta Cabral reafirma que as obrigações de serviço público com as rotas não liberalizadas dos Açores (Santa Maria, Pico e Faial) são obrigação do Governo da República, de acordo com o princípio da continuidade territorial, adiantando que “esta tem sido uma das maiores preocupações do Governo dos Açores” relativamente aos transportes aéreos.

Mota Amaral oferece Medalha à Região



O primeiro Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, entregou à Região, por via da Presidência do Governo, a medalha comemorativa do 25.º aniversário da Assembleia Constituinte e da Constituição da República Portuguesa, entregue ao fundador da autonomia açoriana em 2001.

A medalha foi recebida em mãos no Palácio de Sant'Ana pelo Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro.

A face da medalha evoca a figura da República presente no Parlamento português e celebra o que foi então o 25.º aniversário da entrada em vigor da Constituição.

O reservo assinala o período de funcionamento da Assembleia Constituinte, da qual Mota Amaral fez parte, e destaca o voto do seu Presidente, de que a Constituição acabada então de aprovar “saiba resistir à prova do tempo”.

João Bosco Mota Amaral foi Presidente do Governo Regional dos Açores entre 8 de Setembro de 1976 e 20 de Outubro de 1995.

Mota Amaral foi Vice-presidente da Assembleia da República nas VII e VIII Legislaturas, de 30 de Outubro de 1995 a 4 de Abril de 2002.

A 9 de Abril de 2002, na IX Legislatura, foi eleito Presidente deste órgão, na IX Legislatura, cargo que ocupou até 9 de Março de 2005.

Guardas prisionais refutam declarações da Ministra da Justiça nos Açores

Num comunicado emitido ontem, os chefes da Guarda Prisional referem que estão cada vez mais céticos e já não acreditam em “melhorias” que evitem o “caminhar para um colapso sistémico” do sistema prisional.

“Reiteramos o perigo e a irresponsabilidade pela manutenção da situação atual”, afirma a ASCCGP.

Na origem do desencanto dos chefes da Guarda Prisional estão os sucessivos anúncios de medidas nunca concretizadas pelo Governo, a última das quais relacionada com a cadeia dos Açores.

“Na passada segunda-feira, fomos surpreendidos com uma nova pérola da Ministra da Justiça, [dando] a garantia de que a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada terá início até 2027. Anúncio semelhante, sobre o mesmo acontecimento, proclamou a sua antecessora em abril de 2017, com a celebração de um protocolo entre o Ministério da Justiça e o Governo Regional dos Açores para o mesmo efeito. O desfecho todos sabemos qual foi”, lembra.

A associação sindical recorda também que, recentemente, o Governo abriu

concursos para a aquisição de viaturas e admissão de elementos para as forças de segurança, mas não contemplou a Guarda Prisional com nenhuma destas benefícios. “No Orçamento do Estado para 2024 nem uma referência ao Corpo da Guarda Prisional”, critica. A ASCCGP acrescenta que, “por força do crónico défice, já reconhecido oficialmente, de mais de 1000 guardas prisionais, a maioria dos estabelecimentos prisionais apenas mantêm os serviços mínimos com recurso a guardas de folga e em trabalho suplementar”. E, neste contexto, todos

os guardas prisionais “realizam, no mínimo, 30 horas mensais em trabalho suplementar, o que concretiza 330 horas anuais”. Mais do que os médicos estão obrigados, por lei, a cumprir. Uma situação grave, mas que, diz a ASCCGP, não merece qualquer intervenção do Ministério da Justiça. “Para os que estão [em funções], apenas trabalho e mais trabalho, massacrando, massacrando até ao colapso individual. Sem motivação e sem qualquer incentivo, o mito de Sísifo permanece presente”, defende a associação presidida por Hermínio Barradas.